

ACTA N.º 1/2010**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO
DE 2010: -----**

----- Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram também presentes os deputados municipais Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Enf.ª Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Narciso Patrão António, Dr.ª Maria da Conceição Oliveira, Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr.ª Zélia Domingues Morais, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Dr. Vitor Miguel Seabra Lourenço, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Sr. Gabriel Miranda Pinho, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço, Sr.ª Sara Raquel dos Santos Fresco e Sr. António Cardoso Alberto. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de

11 de Janeiro, justificou a falta dos Srs. deputados municipais Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro e Dr. Vitor Manuel de Jesus Barreira. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram dezoito horas quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas. -----

-----Os trabalhos foram iniciados com a intervenção do Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1º secretário, o qual presidiu à mesa, devido a um pequeno atraso do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. O Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim começou por ler uma carta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dirigida ao Dr. Luís Rocha, referente à apresentação do Livro “25 anos que mudaram o Seixo: O papel da Freguesia” cujo teor se transcreve: *“Foi com enorme satisfação que recebi o convite, que muito me honrou para a apresentação do livro “25 anos que mudaram o Seixo – O papel da Freguesia”, à qual por motivos de agenda não pude estar presente. Aproveito a oportunidade para congratular a Freguesia do Seixo, pelo seu 25º aniversário, bem como ao Dr. Luís Rocha pelo seu empenho, dedicação e sacrifício à sua Terra, retratada na obra agora apresentada que muito enobrece e enriquece as Gentes do Seixo e o Concelho de Mira. Com cumprimentos.”* -----

----- Após a leitura da referida carta, o Sr. Eng.º Calisto Coquim, questionou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, se queria proferir algumas palavras, visto ter participado activamente, nas comemorações dos 25º Anos da Freguesia do Seixo de Mira. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, **Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço (PSD)**, começando por agradecer a todas as pessoas que estiveram presentes na apresentação do livro do Dr. Luís Rocha, nomeadamente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira, Dr. João Reigota. Disse, que a apresentação do livro tinha sido só uma das primeiras iniciativas que a Junta de Freguesia iria promover para a comemoração dos 25 Anos e que iriam haver muitas iniciativas ao longo do ano. Em data oportuna, todas elas seriam anunciadas à Assembleia Municipal. -----

----- **O Sr. Eng.º. Calisto Coquim (PS)** interveio, referindo-se à intervenção do Sr. deputado municipal Albano Lourenço e a título de conclusão, acrescentou que lhe restava testemunhar a presença dos autarcas, dos antigos e actuais Presidentes de Câmara, que abrilhantaram com a sua comparência, o acto público. Um acto de importância autárquica muito grande para os Mirenses. Relembrou ainda, que a Câmara Municipal de Mira, tinha tido uma colaboração muito activa nas Comemorações dos 25 Anos, nomeadamente, quanto à edição do livro do Dr. Luís Rocha, onde a Autarquia tinha assumido quase a totalidade dos custos, cujo orçamento era de 6.500€ tendo a Autarquia apoiado em 5.000€. Em nome do Seixo, agradeceu à Câmara Municipal de Mira o apoio prestado.-----

-----Entretanto, chegou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o qual assumiu a direcção dos trabalhos, começando por cumprimentar todos os presentes. -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Sr. Prof. José Frade (PSD)**, que achou de toda a conveniência, introduzir um *ponto prévio*, relativamente à tragédia que tinha assolado a

Região Autónoma da Ilha da Madeira, pois ficaria bem à Assembleia Municipal, que fosse consagrado um “voto” de solidariedade para com todos os Madeirenses, assim como um voto de pesar. -----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Fernando Regateiro**

em resposta ao Sr. Prof. José Frade, em nome da mesa disse que, o ponto seria aceite e inclusive já estaria previsto fazer a proposta, pedindo portanto que se procedesse à elaboração da mesma, a qual seria votada, posteriormente. -----

-----Usou da palavra o **Sr. deputado municipal Gabriel Pinho (PSD)**, informando a Assembleia Municipal, que a Junta de Freguesia dos Carapelhos estava a preparar a comemoração dos seus 25 anos e que teriam uma agenda com todas as informações das actividades que iriam decorrer ao longo do ano. -----

-----De seguida interveio o **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)**, transmitindo que o grupo municipal do Movimento Autárquico de Renovação (MAR), se associava e subscrevia a proposta de solidariedade para com a Madeira. Referiu ainda, que em relação à Madeira, se devia ter em conta duas pequenas coisas: a primeira, seria quanto ao terrível acontecimento meteorológico que provocou toda a tragédia. A segunda lembrar que em algumas das zonas mais afectadas, vivia a população mais pobre da Ilha da Madeira, sendo vítima de duas tragédias, a tragédia meteorológica, juntamente com a sua tragédia de pobreza. -----

-----**O Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego (PS)** em nome de todos os membros da bancada do Partido Socialista (PS), associou-se à iniciativa do voto de pesar, sendo

já intenção do mesmo grupo colocá-la à consideração do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, pediu então para que a proposta se formalizasse e que dessa forma se passasse à votação, considerando que os três grupos municipais se solidarizavam com o teor da mesma proposta e a subscreviam. Prosseguindo, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou à votação da referida proposta, subscrita pelos três grupos municipais, no sentido de a Assembleia Municipal de Mira expressar, um voto de solidariedade para com as pessoas afectadas e um voto de pesar para com os familiares dos falecidos, que sofreram a catástrofe recentemente ocorrida na Ilha da Madeira.-----

-----Não se verificando mais intervenções, procedeu-se à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**, o voto de pesar para com o povo da Madeira. O Sr. Presidente da Assembleia informou que o mesmo seria transmitido à Assembleia Regional Madeirense-----

----- **O Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, sugeriu ainda que se prestasse uma homenagem simbólica desta forma, o Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro, Presidente da Assembleia Municipal, determinou que se fizesse um minuto de silêncio. -----

----- Em seguida, interveio o **Sr. deputado municipal Ricardo Costa (PSD)**, que na qualidade de membro da coordenação do grupo de Mira do “Projecto Limpar Portugal”, convidou todos os presentes a colaborarem e a marcarem presença na limpeza que iria

ser feita às lixeiras, identificadas no Concelho de Mira. Informou também da acção que iria ter lugar no dia 20 de Março. Explicou que era um projecto desenvolvido a nível nacional e que a nível concelhio estavam todos os presentes, população, individuais, associações e membros da Assembleia Municipal, convidados a marcarem presença na iniciativa. -----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** pronunciou-se igualmente sobre a iniciativa “Limpar Portugal”, o qual manifestou ter ficado bastante sensibilizado. Deu uma sugestão e informou que em diversos países cada cidadão era responsável pela limpeza da rua à frente da sua casa, coisa que não se fazia no nosso país. Assim, se cada cidadão limpasse, o espaço público à frente da sua casa, o país ficaria limpo. Na sua opinião, que pelo menos em Mira, se podia instar os conterrâneos Mirenses no sentido de perceberem que é muito fácil limpar a via pública, sem estar à espera que os serviços camarários o fizessem, bastava que se pegasse numa pá e numa sachola e se limpassem as ervas à frente das respectivas casas. Sendo suficiente para o Concelho ficar logo mais limpo. Explicou que em alguns países a limpeza das ruas era uma obrigação das pessoas e se não o fizessem, havia intervenção dos serviços camarários, com penalizações. Sublinhou que em Mira se poderia fazer o mesmo, ou seja, poder-se-ia sensibilizar as pessoas para a limpeza do espaço em frente das suas casas e que seria um gesto muito bonito e se iria ver a Vila de Mira e as Aldeias mais limpas. -----

-----Interveio de seguida o **Sr. deputado municipal Narciso Patrão (PS)**, dizendo que era sua prática, a limpeza do passeio em frente da porta do seu estabelecimento, mas

que já tinha sido censurado por isso. No entanto, afirmou que o iria continuar a fazer e com muito prazer. Disse que o seu exemplo já estava dado e que o mesmo podia servir para outros também. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado municipal Eng.º Calisto Coquim (PS)**, começando por dar conhecimento sobre a participação dos deputados municipais na Assembleia Intermunicipal do Baixo-Mondego, onde informou que depois de terem tomado posse, tinha sido eleita a mesa. Informou ainda, a Assembleia que o Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro tinha sido eleito pela Assembleia Intermunicipal como Presidente da Mesa da Assembleia. Considerou uma honra a eleição de uma figura Mirense que dirigia a Assembleia Intermunicipal, assim como, a eleição de dois deputados Mirenses do Partido Social Democrata, para a mesa. Mais comunicou, que foram aprovados as grandes opções do plano e o orçamento para 2010, assim como foi indigitado e eleito o secretário executivo. Realçou que era uma peça importante naquela engrenagem, sendo alguém que iria ficar a tempo inteiro, a quem competia a gerência da associação e das actividades inerentes e dos contratos que a associação tinha. Fez ainda um apelo aos elementos que iriam fazer parte das comissões municipais ou distritais que fossem relatando à Assembleia o ponto de situação e as questões de maior relevância. --

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** chamou a atenção para outro ponto, alertado pelo conterrâneo Eng.º. Calisto Coquim, salientando que o cidadão, Licínio Pimentel, atleta da Ermida conquistou o primeiro lugar do pódio, na Ilha do Pico – Açores, numa maratona no Campeonato Nacional de Estrada. Achou que era um feito

digno de registo e merecedor de um voto de congratulação e louvor por parte da Assembleia Municipal de Mira. Todos conheciam o Licínio Pimentel, era um homem de opções claras e de compromissos, que se identificava publicamente com o seu pensar, mas também era um cidadão urbano, amigo e solidário, capaz de se esforçar por um ideal, por uma ideia e por um objectivo, provando-o de facto, o seu primeiro lugar no pódio da maratona.-----

-----Posto isso, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, propôs à Assembleia Municipal de Mira, a aprovação de um voto de louvor e congratulação pela vitória alcançada. -----

----- **O Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego (PS)**, usou da palavra, dizendo que a vitória do conterrâneo Licínio Pimentel na Ilha do Pico – Açores, se tinha traduzido no título de Campeão Nacional de Estrada. Disse por último, que a bancada do Partido Socialista estava inteiramente de acordo com o Voto de Louvor. -----

-----**Seguiu-se o Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, dizendo que a bancada do Partido Social Democrata, subscrevia inteiramente o voto de louvor ao conterrâneo e que desejava que a sua actividade não ficasse por aquela vitória e se traduzisse em muito mais vitórias.-----

-----No uso da palavra, interveio o **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)**, dizendo que subscreviam as duas propostas. Primeiramente, disse que o grupo municipal do Movimento Autárquico de Renovação se congratulava com a eleição do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para o cargo de presidente da mesa da

Assembleia Intermunicipal do Baixo-Mondego. Referiu ainda, pensar, que a representação da comunidade e a projecção dos respectivos membros da comunidade seria também a projecção da Comunidade. Portanto, o reconhecimento das competências do Prof. Doutor Fernando Regateiro como Presidente da Assembleia Municipal, para Presidente de Assembleia Intermunicipal era claramente um voto de qualidade pessoal, mas também algo, que enobrecia a Assembleia Municipal e o Concelho de Mira e que por isso se congratulavam e ficavam muito felizes por aquele facto. A segunda questão era relativamente ao cidadão Licínio Pimentel, destacando que ele era mais conhecido como um homem de esforço, de objectivos e de luta. Considerou que o desporto da maratona era um desporto de grande exigência e sacrificio pessoal. Portanto, quem muito trabalhava e muito teimava, seguramente alcançava. Disse ainda, que o Licínio Pimentel era um exemplo para todos, sobretudo para a juventude. Considerou-o um grande exemplo para que a aprendizagem por mimetismo pudesse cada vez mais afirmar-se. Por último, disse que o grupo municipal do Movimento Autárquico de Renovação subscrevia integralmente o “Voto de Louvor” proposto. -----

-----Não se tendo verificado mais intervenções, o Sr. Presidente da mesa colocou à aprovação do plenário, o “Voto de Louvor e Congratulação” pela vitória do desportista Mirense Licínio Pimentel e pelo facto de ter sido consagrado Campeão Nacional de Estrada, o qual foi **aprovado por unanimidade e aclamação.** -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Regateiro**, reportando-se aos encómios que lhe foram dirigidos como Presidente da Comunidade Intermunicipal

do Baixo-Mondego, para o qual tinha sido recentemente eleito, agradeceu as palavras dos Srs. Deputados, que traduziam uma prova de confiança, para além de uma amizade e sentimento de pertença que era a “Terra de Mira”. Acentuou que procuraria honrar e merecer a confiança nele depositada e o espaço de pertença, procurando valorizar o nome de Mira e do Concelho e das “Gentes de Mira”. -----

-----**O Sr. Presidente da Mesa** colocou à aprovação do plenário, a acta da sessão ordinária de 28 de Dezembro de 2009. -----

-----Usou da palavra a **Sr.ª deputada Dr.ª Conceição Oliveira (PSD)** começando por dizer que estava de acordo com o conteúdo da acta na generalidade, disse ter havido a preocupação de relatar fielmente as opiniões das pessoas que foram intervenientes na sessão, contudo, sugeriu que no seu entender poderiam melhorar ou clarificar as ideias que foram transmitidas. Disse ter detectado também alguns lapsos de ortografia, classificando-os como normais em documentos tão extensos como era o caso da acta, considerando ser importante a sua correcção, passando a citá-las: -----

-----Na pág. 2, no 5º parágrafo: “*Relativamente à acta de 14 de Setembro de 2009 foi a mesma aprovada por maioria, com 11 votos a favor e 13 abstenções, todas elas por ausência dos deputados*”, disse que ao ler, ficava a ideia que as 13 abstenções foram de pessoas que faltaram à sessão, quando estas abstenções eram relativamente aos deputados que naquela altura ainda não estavam eleitos. Propôs que se dissesse: “ [...] *as 13 abstenções eram por parte dos deputados que não integravam a Assembleia à data da referida reunião*”; Na página 8, havia um lapso de acento na frase: “*Quanto à*

questão colocada pelo Sr. deputado Eng. Calisto Coquim e á questão [...] ”; na página 10, novamente lapso de acento circunflexo: “Disse achar que as motos de água, tem direito a andar lá também, ou melhor, outros utilizadores têm direito a utilizar a barrinha.”; na página 14, no parágrafo: “Quanto à questão dos baldios da Videira Sul disse que tinha havido um problema relativamente ao Plano de Urbanização, que andou 14 ou 15 anos para ser aprovado, foi aprovado pelo actual Primeiro-Ministro e a partir daí com os Planos de Urbanização novos, abriram-se novas perspectivas para todo o Concelho, particularmente para a Praia de Mira e Videira Sul, contudo, ressalvou para os problemas que lá existem ”, sugeriu a seguinte reformulação para o parágrafo “Quanto à questão dos baldios da Videira Sul disse que tinha havido um problema relativamente ao Plano de Urbanização, que andou 14 ou 15 anos para ser aprovado, tendo sido aprovado pelo actual Primeiro-Ministro. A partir daí com os Planos de Urbanização novos, abriram-se novas perspectivas para todo o Concelho, particularmente para a Praia de Mira e Videira Sul, contudo, ressalvou os problemas que lá existem”; na página 16 na frase: “O Sr. deputado Dr. José Garrucho, disse que aquando a campanha eleitoral se deu [...] ” sugeriu “O Sr. deputado Dr. José Garrucho, disse que aquando da campanha eleitoral se deu [...] ”; na página 17 corrigiu a palavra: “ [...] às pessoas um mínimo de condições humanos [...] ” para “ [...] às pessoas um mínimo de condições humanas [...] ”; na página 18 alertou para a falha de um acento na palavra “aquilo” sendo o correcto “àquilo”; página 20 na frase “No que toca à intervenção do Sr. deputado Dr. José Garrucho, disse concordar com o

mesmo, quando este falou acerca da nova responsabilidade do Executivo com os resultados eleitorais, mas disse também que faltava, que os resultados eleitorais eram o reconhecimento da competência e do trabalho iniciado anteriormente” sugeriu que se acrescentasse o verbo, “dizer” ou “referir”, ficando a frase da seguinte forma: “No que toca à intervenção do Sr. deputado Dr. José Garrucho, disse concordar com o mesmo, quando este falou acerca da nova responsabilidade do Executivo com os resultados eleitorais, mas disse também que faltava dizer, que os resultados eleitorais eram o reconhecimento da competência e do trabalho iniciado anteriormente”; na página 25 na frase “ [...] concordando com o Sr. deputado Dr. José Garrucho, dizendo que os relatórios deviam ser enumerado de uma forma clara.” fez a seguinte correcção “concordando com o Sr. deputado Dr. José Garrucho, dizendo que nos relatórios deviam ser enumerados de uma forma clara”; página 26 na frase “ [...] tem informação que considerou como, “mais suficiente” e que até iria um pouco contra aquilo que tinha sido dito [...] ” corrigiu para “ [...] tem informação que considerou como, “mais que suficiente” e que até iria um pouco contra aquilo que tinha sido dito [...] ”, assim como na frase “Considerou que talvez estavam a querer ser um pouco mais “papistas que o Pápa”” corrigiu “Considerou que talvez estivessem a querer ser um pouco mais “papistas que o Pápa””; na página 34 na frase “Disse ainda que, o orçamento e as opções do plano, integram muitas obras que foram concluídas em 2009, que é preciso liquidar, outras que se estariam a concluir e outras que estariam prestes e iniciarem-se.” corrigiu para: “Disse ainda que, o orçamento e as opções do plano, integram

muitas obras que foram concluídas em 2009, que é preciso liquidar, outras que se estariam a concluir e outras que estariam prestes a iniciarem-se.”; na página 37 detectou um lapso de acentuação na palavra “referencia” pois seria “referência”; na página 38 na frase “ [...] disse verificar que um terço do pessoal do mapa, ficaram com contratos resolutivos, [...] ” corrigiu para “ [...] disse verificar que um terço do pessoal do mapa, ficou com contratos resolutivos, [...]”; na página 41 detectou também um lapso de acento na palavra “expos” pois seria “expôs”; na página 43 alertou novamente para um lapso de acento na palavra “tem” pois seria “têm”; na página 45 no 1º parágrafo, considerou que o mesmo podia ser em parte reformulado dando a seguinte sugestão: “Quanto à cultura, falou acerca do Núcleo Museológico de Mira em que se acabou o problema lá existente e que era importante ver uma escola recuperada; [...]” ; na página 46 na linha 6, sugeriu que na frase “Portanto, disse que questões políticas ou partidárias, não se encaixavam, sobretudo à Câmara de Mira que foi uma questão de política assumida e não de gestão de Recursos Humanos, mas de gestão de tudo aquilo que foi transferido, que não foram só recursos humanos, mas também acção social escolar, o parque escolar, transportes etc.” se alterasse para “Portanto, disse que questões políticas ou partidárias, não se encaixavam, sobretudo à Câmara de Mira, Foi uma questão de política assumida e não de gestão de Recursos Humanos, mas de gestão de tudo aquilo que foi transferido, como acção social escolar, o parque escolar, transportes etc.”; na página 47 disse ter ficado com dúvidas ao ler a frase que começava na linha 11, sugerindo que se reformulasse o seu conteúdo; por último na página 49 na

frase “*Para não haver lugar para dúvidas e faltas de interpretação, adoptou-se como regra os pedidos por escrito*” sugeriu que se substitui-se “*faltas*” por “*falhas*”. -----

-----Interveio o **Sr. deputado municipal Eng.º. Calisto Coquim (PS)**, fazendo uma “*mea culpa*” dizendo que lhe competia a ele verificar as actas, leu o texto no computador e ao ler um pouco à pressa, não se apercebeu das falhas de pontuação. Disse ainda que, na sua opinião, as actas por vezes podiam não ter o articulado mais correcto, no entanto, tentava-se transcrever as frases proferidas pelos Srs. deputados municipais. Intervenções que por vezes eram pouco claras e repetitivas, não sendo transcritas da melhor forma. Portanto, como se pretendia ser o mais fiel possível, os erros muitas vezes, também eram reproduzidos e transcritos para as actas. Aproveitou ainda para esclarecer que, aquando da sua intervenção na página 7 onde dizia: “*Frisou ainda, sentir alguma discriminação em relação ao Centro Social dos Carapelhos.*” o que queria transmitir era que se tivesse havido alguma dotação, subsídio extra à Freguesia dos Carapelhos e não tivesse sido dado à Freguesia do Seixo, naturalmente que o Seixo tinha o direito de se sentir discriminado esclareceu ter sido só nesse sentido que se pronunciou. -----

-----Prosseguindo os trabalhos, usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado municipal Dr. José Balugas (MAR)**, dizendo que a sua intervenção relativamente à acta não se prendia com questões de sintaxe ou de morfologia, mas sim com questões de conteúdo. Reiterou, que ao comparar o texto da acta com os seus resumos, aquilo que leu na mesma não correspondia àquilo que teria dito. No entanto, reconheceu que as

interpretações feitas, não punham em causa aquilo que o Sr. deputado eventualmente pretendia dizer. Nomeadamente, disse ter feito referência ao Salão Nobre, onde na sua intervenção não tinha dito que o salão não era “nobre”, mas sim que o salão embora velho era um Salão Nobre. Relembrou até que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tinha feito referência ao mobiliário, sugerindo que deveria ser substituído. Mais alertou para o facto de não estar referido em acta as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal naquele sentido. Contudo, admitiu igualmente que não era viável ouvir uma gravação que daria origem a 50 páginas de acta e portanto conformava-se com o que estava escrito. -----

-----O **Sr. deputado municipal Dr. José Balugas (MAR)** interveio, reportando-se a uma intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, na anterior Assembleia Municipal, onde o mesmo teria colocado uma questão ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, relativamente a um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, que estava explanada na página 13, na seguinte frase: *“No caso da Videira Norte, quanto a que “alguém tenha ganho em tribunal”, disse ser mentira (ressalvando que pelo menos ele não tem conhecimento).”*. Disse que, tanto quanto ele se lembrava, o que o Sr. Presidente teria dito, era que *“não tinha efectivamente conhecimento de nenhuma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, mas que para além disso não se metia em questões de Tribunal”*, não referindo portanto “ser mentira”. O Sr. deputado municipal Dr. José Balugas, disse ainda, que quanto a essa situação poderia estar equivocado, mas

que era essa a ideia com que tinha ficado, sugerindo que se ouvisse a gravação para colmatar dúvidas. -----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, relativamente ao sugerido pelo Dr. José Balugas, considerou a matéria sensível, solicitando à Sr.ª Secretária que apoiava os órgãos autárquicos, nova audição da gravação no sentido de confirmar se a acta estava conforme a mesma, ficando pendente essa situação, bem como as correcções que tinham sido sugeridas. Esclareceu a título de pormenor, na sequência da anterior intervenção do Sr. deputado municipal Dr. José Balugas, que não teria pedido a substituição da mobília pois era muito conservador. Sugeriu sim, que se reparassem os tampos das mesas onde faltava revestimento.-----

-----No uso da palavra, interveio o **Sr. deputado municipal Gabriel Pinho (PSD)**, afirmando, relativamente à acta, que, já não era a primeira vez que, as suas intervenções não estavam relatadas no texto. Mostrou-se desgostoso e pediu que a maior parte das coisas que dizia fossem vertidas na acta, porquanto, tinha falado do mau estado da estrada Dr. Manuel Rosete e também da rua da Floresta, bem como da degradação da Rua do Comércio e da Rua Padre Basílio, assim como a promessa do Sr. Presidente, no dia 15 de Agosto e nada disso constava em acta. -----

-----Interveio o **Sr. deputado municipal Dr. Vitor Lourenço (PSD)** para alertar que o seu nome estava mal escrito por chama-se “Vitor Miguel” e não “Vitor Manuel”.-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** disse haver uma solução para a situação relatada até à altura, para actas de 50 páginas e suas dificuldades. Assim

sugeriu que se deveria elaborar uma acta sintética, com uma ou duas páginas, ficando anexa a respectiva gravação. Afirmou parecer-lhe razoável, pois de outro modo, haveria actas de 50 páginas, onde a transcrição das intervenções por vezes poderia trazer dúvidas, pois cada um sabia onde começava, mas não sabia onde acabava e pelo meio ficava muita intervenção que era de difícil descodificação. Mais, louvou a paciência e a capacidade de síntese do secretariado dos serviços autárquicos e que não queria estar na “pele” da secretária, Sr.ª Olívia Eulálio. Reiterou, que pelo contrário a mesma fazia um trabalho magnífico e que seguramente não era persecutória, nem diminuía as intervenções de ninguém. -----

-----De seguida, interveio o **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)**, considerando que de facto existia a necessidade de memória, de narrativa e a acta era memória. Nesse sentido, sugeriu que a acta fosse distribuída electronicamente entre os deputados e que pudesse ser devolvida ao secretariado antes da sessão, onde constassem pequenas correcções de forma, que pouparia o tempo de correcção. Continuando elogiou o trabalho da secretária, que classificou de precioso e em simultâneo louvou igualmente o trabalho da Sr.ª deputada municipal Dr.ª Conceição Oliveira, que teve o cuidado de fazer todas as correcções. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interveio novamente e no sentido do exposto pelo Dr. José Garrucho, destacando que os serviços já vinham tentando fazer esse trabalho por via informática, mas apareciam sempre alguns deputados que se incomodavam muito por não receber o papel. Teceu algumas considerações quanto às

implicações ambientais da decisão de continuar com o papel concluindo que a Assembleia devia decidir de vez pelo “*paper free*”. Questionou mais uma vez, se os Srs. Deputados aceitavam que a documentação e as actas fossem distribuídas electronicamente, sendo certo que a convocatória iria em papel, mas todo o resto iria via informática, “carregado”, na página da Câmara Municipal, afirmando com convicção que tal decisão era razoável e recomendável.-----

-----Na sequência da aludida questão de se remeter a documentação em suporte digital, o **Sr. deputado municipal Dr. José Balugas**, questionou quanto à exequibilidade de se levar um computador portátil para as assembleias municipais, dado que havia a necessidade de consulta de documentos e de ter algo para suporte e orientação.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro** disse que tal era exequível, sendo também viável que a Autarquia, sem grandes custos, instalasse três ou quatro computadores na sala ou até mesmo, à semelhança do que acontecia na Assembleia da República, fossem instalados terminais ligados a um servidor local que desse apoio aos senhores deputados. Esclareceu que esse seria um investimento pouco dispendioso, contudo o investimento seria amortizado em pouco tempo.-----

-----O **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)**, interveio no sentido de ultrapassar a demora e a troca de ideias, que estava a acontecer, acerca de como fazer chegar a documentação aos deputados, tendo sugerido que fizessem uma pequena reunião, num outro momento em que os líderes das bancadas com a direcção da

Assembleia tratassem dessas questões e se arranjasse um compromisso que o ultrapassasse, sob pena de se prolongar a assembleia e que depois se resolvesse a situação tecnicamente com o que lhes parecesse mais razoável.-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** considerou a intervenção um ponto de ordem à mesa e aceitou-o.-----

-----O **Presidente da Mesa** colocou à aprovação do plenário a acta da sessão anterior realizada em 28 de Dezembro de 2009, com as alterações sugeridas, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com 1 abstenção. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Usou da palavra em primeiro lugar, o **Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego (PS)**, dizendo que tudo o que se tinha estado a fazer até à altura mais não era do que o *Período de Antes da Ordem do Dia* e que o regulamento dizia que neste período consta “Apreciação de actas, leitura resumida de expediente, apreciação de assuntos de interesse local, tratamento de assuntos relativos a apresentação de votos de louvor”, considerando que era o que tinha sido feito até àquele momento, daí que achava desadequado só se considerar começar o *Período de Antes da Ordem do Dia* naquele momento.-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** considerou que a intervenção do Dr. Paulo Grego era pertinente e tinha razão de ser.-----

-----No uso da palavra, interveio o **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, dizendo não estar de acordo com o proferido pelo deputado municipal Dr. Paulo Grego,

pois considerou que o que tinha decorrido até à altura teria sido um período que a própria mesa tinha intitulado por “Informações”, que esgotou o *tempo antes da ordem do dia*. Afirmou que no mínimo tinha que haver algumas informações antes da ordem do dia, derivado a informações da acta anterior, nomeadamente do Grupo municipal do PSD. Foram pedidas intervenções e aceites pela mesa, as quais tinham pertinência nesse contexto.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** ouvindo os Srs. Deputados, pediu para que todos fossem contidos e rápidos nas perguntas e respostas. -----

-----No uso da palavra, o **Sr. deputado municipal Dr. Vitor Lourenço (PSD)** sustentou que inertes que estavam a ser retirados da EN109 estavam a ser entregues à Junta de Freguesia de Mira, questionou se as restantes Juntas de Freguesia do Concelho de Mira podiam também utilizar esses inertes. -----

-----O **Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego (PS)**, de novo no uso da palavra começando por pedir uma vez mais desculpa pela sua insistência, mas o regimento estava publicado e dizia claramente que as informações eram no “período de antes da ordem do dia” e que no artigo 38.º do mesmo estava bem explicado o que era o “período antes da ordem do dia”. Depois, reportando-se ao que o Sr. deputado municipal Ricardo Costa tinha dito sobre o projecto “Limpar Portugal”, lembrou que no mesmo dia e associado a essa iniciativa iria realizar-se outra iniciativa do género, chamada “não há pequena poluição” que era da responsabilidade de uma associação do *SurfRider* em que no mesmo fim-de-semana iria proceder à limpeza das praias. Considerou ser uma

iniciativa à qual se deviam juntar, até porque o Concelho de Mira tinha duas boas praias que estavam inseridas nesse programa. Para terminar, deixou mais uma vez, um voto de louvor aos serviços municipais de protecção civil, pelo bom trabalho de prevenção, que vinham desenvolvendo para que Mira estivesse fora do mapa de calamidades até ao momento.-----

----- O **Sr. deputado municipal Ricardo Costa (PSD)** interveio, começando por felicitar o início da requalificação da EN109. Como passava lá todos os dias dava “*jeito*” ver a estrada a ser melhorada. Nesse sentido, questionou sobre os trabalhos de saneamento e de requalificação da EN109 para Carromeu Sul até ao fim do Concelho, na Ermida, querendo saber como se iria proceder, se iria ser feito primeiramente o saneamento, se seguia o pavimento novo e se o saneamento iria ser conduzido pelas bermas. Continuou perguntando ainda sobre a resposta a um email e um requerimento que tinha sido feito em 2007 dirigido ao Sr. Vereador Dr. Miguel Grego sobre um ecoponto para Carromeu. Acrescentou ainda que, após uma pesquisa no mapa do Concelho, detectou outros pontos onde achava necessário a colocação de mais ecopontos. Como membro e presidente da Juventude Social-Democrata (JSD), questionou quanto à constituição do Conselho Municipal da Juventude, chamando a atenção para o facto do Decreto-Lei n.º 8/2009 prever um prazo de 6 meses para a sua criação. Sobre o “Mira Jovem”, afirmou que a JSD gostava de estar presente e colaborar nessa iniciativa.-----

-----No uso da palavra, a **Sr.ª deputada Dr.ª Vera Manco (PS)** iniciou a sua intervenção realçando o trabalho que vinha a ser realizado pelo Executivo na organização dos serviços prestados à população e como prova desse trabalho, fez referência à criação do Gabinete Integrado de Atendimento ao Município. Segundo ela, este gabinete trazia várias vantagens para os municípios, nomeadamente o horário de atendimento que era ininterrupto, das 9h às 15h, permitindo assim que as pessoas tratassem de assuntos à hora de almoço. Referiu ainda, que dentro do mesmo espaço, os municípios podiam tratar de vários assuntos, nomeadamente, taxas e licenças – serviços de licenciamento em actividades diversas - expediente, tesouraria, águas, edificação e urbanização de obras particulares. Considerou ter havido assim, uma simplificação e modernização dos serviços e dessa forma, congratulou-se pela iniciativa e pelo trabalho realizado. -----

-----Em seguida tomou a palavra o **Sr. deputado municipal Gabriel Pinho (PSD)**, afirmando que já tinham passado 5 meses das eleições e ainda não tinha havido tempo para o Executivo falar de assuntos de interesse para a Freguesia dos Carapelhos.-----

-----A **Sr.ª deputada Dr.ª Ana Dias (PSD)** interveio, pedindo esclarecimentos relativamente ao “critério” utilizado pela Autarquia na cedência aos municípios, de materiais para a execução de passeios. Perguntou que critérios eram seguidos, se existia ou não, por parte da Autarquia alguma fiscalização das quantidades necessárias para a pavimentação desses mesmos passeios junto às propriedades de cada um dos municípios e se após entrega desse mesmo material também era feita alguma fiscalização para

averiguar se esse mesmo material era utilizado consoante o fim para que tinha sido solicitado. Questionou ainda se havia ou não registos de entrega de material remanescente e se havia ou não registo de entregas desse material que sobrava. Indagou ainda sobre, a instalação ou reinstalação de um parque infantil, nos Leitões. -----

-----Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para dar resposta às questões colocadas pelos Srs. deputados municipais. -----

-----Começou por se associar aos votos de congratulação deliberados pela Assembleia, sobre a eleição do Prof. Doutor Fernando Regateiro e a vitória do Licínio Pimentel, tendo informado a Assembleia que o Executivo Municipal já o tinha igualmente feito, assim como o voto de pesar pela tragédia na Ilha da Madeira. Reiterou com veemência que os serviços da Câmara Municipal faziam um esforço enorme para disponibilizar todos os documentos a que os Srs. deputados tinham direito, nomeadamente as actas. Disse conhecer o trabalho da Divisão, o que a secretária fazia e a dificuldade enorme que tinha para o fazer, daí louvar a sugestão do Sr. Presidente da Assembleia, relativamente às questões de simplificação e introdução de novas tecnologias. Afirmou que a Câmara Municipal ficaria a aguardar, até que a Assembleia dissesse o que pretendia, após a reunião sugerida pelo Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho e posteriormente, verificariam se tinham condições para poder ir ao encontro das ambições legítimas da Assembleia. Relativamente às questões de apresentação das mesas, disse que a Câmara Municipal não estava muito bem financeiramente, mas

naturalmente que dentro de pouco tempo, as mesas do Salão Nobre iriam ter outra apresentação. -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Sr. deputado municipal Dr. Vitor Lourenço, disse que a obra da EN109 era promovida pelo Estado. Era uma obra da Direcção de Estradas e que a Câmara Municipal nada tinha a ver directamente com a mesma, poderia, no entanto, servir como interlocutor, mas que nada tinha a ver com a atribuição dos inertes à Junta de Freguesia de Mira, esclarecendo que o assunto era entre a Junta de Freguesia e a Direcção de Estradas. Prosseguiu explicando conforme informação prestada no momento, que a Câmara Municipal somente disponibilizou o local para colocar os inertes. -----

-----Relativamente à intervenção do Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego, sobre as iniciativas ambientais a que se referiu, afirmou que todos os contributos eram bem-vindos e que a Câmara Municipal de Mira estava receptiva a todas as iniciativas dos cidadãos.-----

-----Acrescentou no tocante à questão do lixo, que hoje havia, felizmente, uma melhor cultura ambiental e as gerações mais novas tinham uma outra forma de ver e de tratar o ambiente. No entanto, todos sabiam, que o que se limpava hoje, aparecia sujo amanhã e orgulhar-se-ia de ter pertencido a um Executivo que tinha posto termo às lixeiras em Mira e que cada vez mais se incutia o espírito de limpeza e de preservação do ambiente no Concelho de Mira.-----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** reportando-se à intervenção do Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego, quanto à actuação da protecção civil, disse que de facto faziam um trabalho extraordinário, contudo com falhas, com dificuldades, com exigências e desafios cada vez maiores, mas disse ser de felicitar o seu trabalho. -----

-----Relativamente às questões levantadas pelo Sr. deputado municipal Ricardo Costa, declarou que a requalificação da EN 109 não era uma situação que dava “*jeito*”, mas sim uma obra importantíssima para o Concelho, sendo uma vitória para Mira, dizendo orgulhar-se de ter contribuído para ela, assim como se orgulhava por ver que todos os presentes contribuíram de certo modo para que a obra estivesse no terreno. Quanto ao saneamento, disse serem obras igualmente importantes que estavam em desenvolvimento e que a Câmara estava a fazer um grande investimento, contudo disse existir muita dificuldade dada a extensão de saneamento a executar, existindo uma taxa muito baixa de saneamento a funcionar, de cerca de 50%. No entanto, a questão do saneamento para a parte sul, tecnicamente teria sido explicada, discutida, parecendo que havia uma forma em duplicado de fazer esse mesmo saneamento para a zona da Ermida. Reiterou que eram obras que estavam a decorrer no terreno e que eram do conhecimento geral. A Câmara Municipal fazia o que era possível, para que antes de se executar o tapete, ficasse feita a instalação dos tubos do saneamento para que depois não se tivesse que rebentar com a EN109. Retomando ao assunto dos ecopontos, afirmou ser uma questão a anotar, que tinha sido feito um esforço enorme. Há pouco tempo atrás, teriam reunido com a ERSUC para a resolução e tratamento de variados assuntos. Agradeceu o

levantamento que o Sr. deputado municipal Ricardo Costa tinha feito relativamente às lixeiras do Concelho, apesar de a Câmara já as ter identificado, mas o que era necessário seria contribuir para que as coisas se concretizassem. Sobre o Conselho Municipal de Juventude, disse ter a informação que a Associação Nacional de Municípios teria pedido um parecer, para que fosse esclarecido pelo Governo a formação do referido Conselho, julgando portanto que teria sido essa situação que atrasou o processo. Quanto ao pedido que tinha feito sobre a questão partidária da Juventude social-democrata (JSD) de poder participar no Mira - Jovem, disse que naturalmente que sim, que bastava que fizessem o pedido. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** continuou e relativamente à intervenção da Sr.^a deputada Dr.^a Vera Manco, no que tocava ao gabinete de atendimento, agradeceu-lhe as palavras proferidas, porque era visível a melhoria dos serviços da Câmara Municipal, com os processos de modernização. Disse, no entanto que muito havia a melhorar, designadamente quanto às condições dentro do próprio edifício, que havia ideias para todos esses melhoramentos, sendo o Gabinete Integrado de Atendimento ao Município apenas uma de algumas alterações e melhorias que iriam surgir. Manifestou ainda regozijo pelo modo satisfatório como os munícipes têm sido atendidos, pela falta de perturbação, com que alguns munícipes já saíam da Câmara Municipal, quando noutros tempos havia algum incómodo, pois ligar a evolução dos tempos a determinadas mentalidades por vezes não era fácil. Disse ainda que via com enorme agrado a grande

participação dos próprios funcionários, relativamente à questão do atendimento e à questão da modernização administrativa imposta pela própria Autarquia. -----

-----Quanto à intervenção do Sr. deputado municipal Gabriel Pinho, **Sr. Presidente da Câmara** disse que a reunião pretendida, seria para agendar. -----

----- No que tocava às intervenções da Sr.^a. deputada municipal Dr.^a Ana Dias e às questões que tinha levantado, o **Sr. Presidente da Câmara** disse que havia certamente registos, que o Sr. Vereador Dr. Manuel Martins teria esse serviço em mãos e que poderia dar as informações muito melhor que ele. -----

-----Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins (PS)** em resposta ao solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara, quanto ao pedido de materiais para execução de passeios explicou que havia um procedimento, que era norma, criada pelos serviços da Câmara. O munícipe começaria por solicitar, em requerimento dirigido ao Sr. Presidente da Câmara, a quantidade de material necessária para construir o passeio, posteriormente, o mesmo requerimento era enviado para ele mesmo (vereador) e seria posteriormente reencaminhado para o fiscal de obras que iria ao local ver a necessidade e quantidade pretendida, assim como o alinhamento do respectivo passeio. Em relação às recolhas essa situação era quantificada quase ao “milímetro”, quando sobrava lancil ou pavê, também se fazia essa recolha, por vezes não no tempo útil desejado. Informou ainda que também procediam à recolha das paletes e, que esse procedimento era igualmente da sua responsabilidade. Esclareceu que no presente mandato essa competência passaria para a responsabilidade do Sr. Vereador Prof. Saul

Rico. Em conclusão, explicou que essa seria a norma da casa, o requerimento também ia para o armazém e depois era encaminhado para distribuição. Este seria o procedimento norma e dele havia registo. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra e, reportando-se à questão da instalação do parque infantil nos Leitões, questionada pela Dr.^a Ana Dias, afirmou que iria tomar nota e averiguar, como aliás haveria outras situações no Concelho.-----

-----Autorizada a intervir, a **Sr.^a deputada Dr.^a Ana Dias (PSD)**, reforçou a questão relativamente ao pavê, explicando ter-lhe chegado a informação de uma pessoa, que habitava próximo da sua residência e que conhecendo a sua qualidade de deputada municipal, lhe teria relatado que tinha conhecimento que algum do material fora cedido pela Câmara Municipal de Mira e teria sido usado em pavimentação interior de propriedades privadas, daí a sua questão do controlo da quantidade de material que era entregue.-----

-----Em resposta à Sr.^a deputada, **o Sr. Presidente da Câmara** disse que a veracidade do que estaria a ser levantado na Assembleia era porque naturalmente tinha alguma razão de ser, pedindo portanto que lhe fosse feita chegar essa informação, para que se pudesse ir verificar o que se passava. Afirmou que disso não tinha conhecimento algum.

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que nessas circunstâncias, se utilizasse um instrumento muito simples, que seria o recurso a uma auditoria ao processo, para aferir todas as situações. -----

-----No uso da palavra, interveio a **Sr.ª deputada Dr.ª Conceição Oliveira (PSD)**, que em nome da população da Presa, questionou se era ou não possível, que a Câmara Municipal, procedesse à limpeza do terreno, sua propriedade, que é contíguo à Capela da Presa. Informou que o referido terreno estava vedado, mas havia crescimento de silvas que estavam a invadir os quintais vizinhos. -----

-----O **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, começou por se reportar à questão do Montalvo, questão já levantada na anterior Assembleia. Disse que já todos os Srs. deputados sabiam que o grupo Municipal do PSD teria uma cópia da escritura relativamente ao Montalvo, ter-lhes-ia sido cedida e inclusive solicitou ao Sr. Presidente da Câmara, que quando assim o entendesse, a cedesse a todos os deputados municipais. Informou terem cópia da escritura feita e que também teria sido dito na anterior sessão pelo Sr. Presidente da Autarquia, que todo o resto que se dizia era mentira. Como o Sr. Presidente da Câmara sabia, o grupo municipal do PSD não queria alimentar mentiras, só queria a verdade e teria sido por esse motivo que teria efectuado o requerimento a solicitar a escritura. Sobre o requerimento e sobre a respectiva resposta, suscitava-lhe duas ou três questões. No requerimento pedia que além da escritura enviassem todos os dados para que fosse reposta a verdade, relativamente ao Montalvo. Aproveitou aquele momento para anunciar a todos os deputados que a escritura teria sido feita por 730 dias, 2 anos e que teria terminado em 14 de Maio de 2009. Referiu ainda que todos sabiam na Assembleia, que nos meses de Junho, Julho e Agosto, se teria carregado areia no Montalvo. Entretanto, o ofício da Autarquia dizia que além disso, teria havido uma

providência cautelar que era a favor do Município. Posto isto, a primeira questão que o Sr. deputado colocou e como não lhes tinha sido enviado a providência cautelar, foi no sentido de saber para que efeito teria sido motivada a mesma e qual a data da mesma. Assim como, questionou ainda, qual o acto de fiscalização ou não, dado que a empresa continuou a tirar de lá inertes ou matéria-prima. Portanto, interpelou a Câmara, sobre se teria havido autorização a partir de 14 de Maio de 2009, se teria havido algum despacho ou autorização? Teria havido alguma expectativa criada a quem estava no local a proceder a esse levantamento, ou não? Assim, era simplesmente com o intuito de se apurar a verdade que se solicitou esclarecimento, o porquê da providência cautelar, a data e o motivo, já que existia um outro processo em tribunal, contando ter esclarecimentos mais claros. -----

----No uso da palavra seguiu-se o **Sr. deputado municipal Dr. José Balugas (MAR)**, começando por dizer que reconhecia no presente Executivo e no transacto, a realização de coisas positivas e naturalmente outras com as quais não concordava. Por outro lado, seria natural que houvesse pessoas que louvavam a actuação do Executivo e outras que questionavam essa mesma actuação, dizendo isso e justificando-se, pois nada o movia contra o Executivo, considerando, que o que iria dizer, seria um pouco duro. -----

----Sobre o parque infantil da Praia de Mira, disse ter visto que estava lá uma tabuleta a dizer que o mesmo estaria encerrado. A questão que colocava era se a Câmara Municipal já sabia que, quando colocou o parque infantil naquele local estaria a cometer algumas ilegalidades, ou seja, que não estava a cumprir com a legislação em vigor.

Nomeadamente citou três situações: “proximidade de um curso de água”, “proximidade de uma via pública”, “colocação do parque infantil em cima de um depósito das bombas de gasolina”, colocando a questão no sentido de que, se estava encerrado, seria certamente porque havia ilegalidades, conseqüentemente, haveria responsáveis por tal ilegalidade ou cairia tudo novamente em “*saco roto*”.-----

----- Depois e relativamente ao campo do Touring, disse ter referido na anterior Assembleia, que os postes estavam a cair e até à data a situação mantinha-se! O perigo espreitava quando menos se esperava. Questionando para quando a retirada dos referidos postes. Referindo-se aos palheiros que estavam no parque de estacionamento junto à Barrinha e ao palco, disse que os palheiros foram para lá devido aos eventos que lá se fizeram, mas que quem os levava sabia que no fim, teria de os ir retirar de lá. -----

-----Por último, aludindo à estrada do Lago do Mar, considerou que a mesma estava num estado calamitoso. Com os bungalows em frente, fazia lembrar os “*Resorts Africanos*” e com aquela estrada degradada dava a ideia de um país terceiro mundista. Depois, referiu ainda ter sido interpelado por um munícipe, quanto à questão do carro de limpeza da pista pedonal não ir à Praia de Mira e ainda porque é que a piscina do Miroásis, além de estar um perigo para as crianças, se encontrava naquele estado, depois de lá ter sido investido tanto dinheiro. -----

-----Seguidamente interveio o **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)**, começando por apelar ao Executivo Municipal, a ter uma prática de informação e transparência quanto às medidas e ao planeamento das medidas para os munícipes. As

obras evidentemente como o Sr. Presidente disse e bem, podiam sofrer alterações e o planeamento podia não ser cumprido à risca conforme era apresentado, quer em Assembleia, quer apresentado aos munícipes. Era importante que essas alterações pudessem chegar às populações e naturalmente aos deputados municipais, reportando-se a duas questões. Questionou em primeiro lugar, que tipo de obras estavam planeadas e quais eram os “*timming*” atribuídos a essas obras, reforçando uma preocupação relacionada com as questões do saneamento básico. Essas eram essenciais para o desenvolvimento do Concelho porque estavam relacionadas com a qualidade de vida e com a qualidade ambiental da terra de Mira. Não se podia querer um Concelho eminentemente turístico, onde as condições básicas de salubridade e de embelezamento não estivessem cumpridas e o saneamento básico, era básico pela sua própria natureza. Portanto, disse que gostaria que o Executivo, nessa matéria, fizesse um esforço de levar às populações e aos membros das outras autarquias essa informação, nomeadamente na questão do saneamento básico que para o Sul do Concelho, segundo algumas “*vozes*” estaria eventualmente comprometido, sendo que não seria ainda em 2010 que as grandes condutas de recepção de saneamento básico chegariam à parte sul. Na questão da EN109, iria ser pavimentada, segundo o Sr. Presidente, onde esperava não ter que perturbar nada relativamente à aplicação da pavimentação, até porque a lei, inibia durante algum tempo que isso pudesse acontecer e portanto seria desejável que essa informação chegasse e que se pudesse perceber quando é que o Concelho de Mira teria as questões do saneamento básico completamente resolvidas-----

-----A segunda questão que colocou estava relacionada com o projecto “Limpar Portugal” e neste caso, limpar Mira. Disse ser um movimento dos cidadãos à imagem do que acontecia noutros países e que em Mira gostaria de ver, que estava por dentro completamente dos movimentos dos cidadãos, que o “limpar Mira”, pudesse acontecer conjuntamente com o “Limpar Portugal”, para que Mira não ficasse atrás nesse exemplo de cidadania. Mas propôs mais, para que não se ficasse apenas pela limpeza do Concelho, mas que se produzisse o embelezamento do mesmo, de maneira a que a Autarquia desse um sinal aos munícipes na promoção de um projecto de embelezamento de Mira, que poderia chamar-se “Mira Gira”, como aliás já teria sido seu epíteto, ou “Mira Florida”, ou um outro epíteto qualquer que pudesse ter o envolvimento de toda a população. Não uma tarefa para a autarquia fazer, mas para a população com duas vertentes: uma de embelezamento do Concelho e outra de educação, onde naturalmente, as escolas e o sistema de ensino formal pudessem participar. -----

----- Para finalizar a sua intervenção, fez um desafio ao Executivo, ou melhor, um desafio à maioria PS na Assembleia, sendo que a mesma tinha, para além de decisão e acompanhamento e fiscalização ao Executivo, um papel muito importante na discussão da política, disse que gostaria de ver a Assembleia envolvida na discussão da política e desafiou a direcção da Assembleia a que promovesse sessões temáticas, para assim poderem projectar a voz e a interpretação acerca das grandes linhas de desenvolvimento estratégico do Concelho. -----

-----No uso da palavra interveio o **Sr. deputado municipal António Alberto (PS)**, referindo-se ao material que estava a ser retirado da EN109 e que estava a ser reutilizado na Freguesia de Mira explicando que, quando o mesmo teve o conhecimento que as obras iriam começar, imediatamente teve o cuidado de se dirigir ao encarregado geral para lhe pedir algumas carradas de inertes. O mesmo disse-lhe que não lhe poderia fornecer o solicitado, aconselhando-o, no entanto, a fazer o pedido ao Ministério do Ambiente e que caso o autorizassem, os inertes seriam todos disponibilizados, sendo só necessário arranjar um local onde estes ficassem guardados e fechados. E assim tinha sido, fez o pedido à Câmara e era nos armazéns camarários que os inertes estavam a ser guardados. Disse ainda que recebeu uma comunicação do Ministério do Ambiente em que dizia, que todo o material que saía da EN109 seria reutilizado na Freguesia de Mira, nos caminhos agrícolas e seus acessos. -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Sr. deputado municipal Dr. Paulo Reigota (PS)**, começando por se congratular com a demolição da “Casa da Duna”, na Praia de Mira, pois parecia um problema que se iria estender “*ad eternum*”, mas felizmente tinha sido resolvido em bom tempo. Como todos sabiam, o Tribunal Administrativo de Coimbra teria dado razão à ARH Centro, era um assunto que até poderia travar o cumprimento do próprio POC e que, passou a uma situação onde já se podia trabalhar. O Ministério do Ambiente ajudou, mas disse julgar, que a enorme pressão que a Câmara Municipal, tinha feito nesse aspecto também teria ajudado a que a demolição fosse feita, pois, numa praia que ininterruptamente tem tido a bandeira azul era impossível continuar com

aquele cenário. Disse ainda, ter pena que em outras situações que existiam na Praia de Mira ou até noutras zonas do Concelho, não se obedecesse à simplicidade de resolução. Manifestou agrado à Câmara Municipal pelo projecto que tinha para aquela zona, dizendo que valeu a pena terem colocado a casa abaixo, os palheiros já estavam deteriorados e esperava que, como a imprensa dizia, em um ano a obra estivesse pronta.

-----Usou da palavra o **Sr. deputado municipal Eng.º Calisto Coquim (PS)**, na qualidade de membro directivo da mesa e referindo-se à intervenção do Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho, que também ele, secundava a vontade de estender o debate, que para além das pequenas coisas que também eram importantes, havia de facto outra forma de “*ver de cima*” as políticas que podiam ser aplicadas em Mira, podiam ser debatidas em Assembleia. O caso seria posto ao Sr. Presidente da Mesa, para encontrarem a forma para iniciar o debate mais político. -----

----- Interveio seguidamente o **Sr. Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas anteriormente. Começou por responder às questões da Sr.ª deputada Dr.ª Conceição Oliveira, dizendo que iriam tentar limpar o espaço, que de facto não estava bom, assim como outros casos em todo o Concelho; a Câmara tinha ideias concretas sobre o que pretendia para aquele espaço, faltando no entanto resolver algumas questões, no entanto a limpeza do local era urgente, reconheceu. -----

-----Quanto às questões colocadas pelo Sr. deputado municipal Dr. José Balugas, relativamente ao parque infantil da Praia de Mira, solicitou ao Sr. Eng. Rui Silva, Chefe da Divisão das Obras Municipais (DOM), que explicasse melhor, sendo ainda que,

algumas das questões ou afirmações proferidas, não estavam totalmente certas. O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu ainda, que o parque infantil teria sido aceite e pedido para aquele local por grande parte da população da Praia de Mira, sendo contestado em algumas coisas por alguns, o que era muito legítimo. Era uma situação provisória, as próprias bombas eram uma situação provisória, houve uma fiscalização e esta não levantou problema com a questão das bombas. -----

-----Quanto aos postes do campo do Touring, O Sr. Presidente da Câmara Municipal explicou que estavam adjudicados. -----

-----Relativamente aos palheiros que estavam no estacionamento, disse que os mesmos teriam ali ficado para várias actividades (carnaval, passagem de ano etc.) e não era fácil o seu transporte para outro local. Esclareceu que muitas mudanças prejudicavam a estabilidade da estrutura em madeira. Afirmou que, pessoalmente, gostava de ver os palheiros, na Praia de Mira e desde que estivessem recuperados e limpos era bom. Não via grande impedimento a que se mantivessem na Praia durante mais algum tempo, não era época banhar e não era necessário estar a retirar os palheiros, pelas razões que tinha já referido, embora achando também que se haveria de pensar num sítio mais apropriado para se guardarem. Relativamente à estrada do Lago do Mar, considerou também que necessitava de intervenção, a qual já estava acautelada, quer pelo programa POLIS, quer pelas próprias iniciativas da Câmara Municipal. Era apenas necessário dar tempo para cumprir os prazos de lançamento dos concursos. -----

----- Considerou que eram muito úteis e pertinentes, as questões suscitadas, mas que seria necessário tempo e cumprir prazos. Afirmou ter sido resolvido o problema do troço da estrada junto ao Clube Náutico e a de acesso à Pescanova, do mesmo modo, a estrada do Lago do Mar também iria ser requalificada. -----

-----Quanto à pista pedonal, disse que os serviços estavam atentos, tinham que a requalificar, conservar, precisava de alguns arranjos, principalmente junto à barrinha, pois não estava muito bem, sendo necessário intervir. -----

-----Prosseguindo nos esclarecimentos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira, relativamente à célebre piscina do Miroásis, disse que, seria para fazer um dia, contudo o que o preocupava era a protecção, pois o local não estava protegido, garantindo que a Câmara Municipal ia tomar medidas nesse sentido. Disse que ele próprio já teria chamado a atenção da protecção civil e na altura se tinha feito uma vedação, mas tinha novamente que se chamar à atenção para esse assunto, porque com o actual estado do tempo poderia ocorrer algum problema. -----

----- De seguida, reportando-se à intervenção do Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho, concordou com a posição assumida, considerando que a actuação das autarquias se deve administrar pela informação e transparência e que se identificava plenamente com esses valores. Mais disse, que essa informação existia e era divulgada no Boletim Municipal. Quanto à questão levantada sobre o saneamento, disse que era do conhecimento geral que no orçamento e nas opções do plano, estava acautelada uma verba substancial sendo uma das grandes preocupações do Executivo. Disse terem que

analisar em que taxas de execução é que se encontravam, as evoluções que tinham e a realidade do Concelho, pois passaram de taxas diminutas, de execução reduzidas, de 5% 10%, para taxas de 50% 60%, com um esforço enorme da Autarquia. Disse ainda que a meta do Executivo era que em 2013 houvesse pelo menos 90% do saneamento já colocado no Concelho. Reiterou que era um esforço financeiro enorme da parte da Autarquia e de paciência por parte das populações. Quanto à questão de quando chegariam à parte Sul do Concelho, disse que estavam no bom caminho e até já teriam ultrapassado o Concelho, porque sem entrar na esfera administrativa do Concelho de Cantanhede eram os primeiros responsáveis para que o saneamento estivesse em Cantanhede, através do programa da SimRia de Aveiro. -----

-----Quanto ao movimento “Limpar Mira”; “Limpar Portugal”; embelezamento do Concelho etc., disse que concordava com os movimentos cívicos e esclareceu que a Câmara tinha feito parcerias, havendo uma proximidade constante com as populações, através das comissões e das associações. Afirmou que havia muita coisa feita e ainda mais coisas a fazer, designadamente embelezamento de jardins, rotundas etc, referindo algumas dificuldades financeiras e técnicas. Explicou que o que pretendia e o que tentava inculcar ao Executivo no contributo que dava como líder, era que em tempo de dificuldades se tinha que *“arregaçar mais as mangas”* e era isso que estavam a fazer, dentro das possibilidades, mas concordava com todos os movimentos que fossem para tornar “Mira Gira” ou “Mira Florida”. No que dizia respeito ao desafio da discussão

política dirigido pelo Sr. deputado municipal, disse que o Executivo estava completamente disponível e sensível, a tudo o que fosse de bom para o Concelho. -----

-----Continuando nos esclarecimentos, quanto à intervenção do Sr. deputado municipal Prof. José Frade, começou por dizer que tinha sido um pouco diferente de todas as outras intervenções embora todas fossem legítimas, pois foi sobre um assunto em que de facto se disse muitas mentiras graves, sobre a questão do Montalvo. Clarificou, que não disse que tinha sido a bancada do PSD a dizê-lo. Disse sim, que na Praça Pública, teriam sido ditas muitas mentiras graves sobre a questão do Montalvo, tendo o assunto sido também abordado em comunicados partidários. Até se brincou um pouco com a situação em termos eleitorais, mas afirmou não querer estar naquela altura em início de mandato, em que o povo já se tinha pronunciado de forma clara e inequívoca do que queria para o Concelho, não queria estar numa altura daquelas a trazer para a Assembleia questões eleitoralistas. Quanto às intervenções, pedidos ou requerimentos que o Sr. deputado teria feito, disse que viu a sua legalidade, analisou-os e despachou-os. Respondeu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e também o fez oficialmente. Esclareceu que era um assunto que tinha ido parar ao Tribunal, porque a Câmara Municipal, teve que agir judicialmente. Disse que não diria mais nada relativamente ao assunto. -----

-----Sobre a intervenção do Sr. deputado municipal Paulo Reigota, **o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira,** a propósito da casa da Duna, disse que o que tinha sido demolido eram ruínas, assim como eram ruínas os palheiros. Ruínas promíscuas onde

aconteciam as coisas mais incríveis, pela negativa, no Concelho. Disse que todos eram a favor da preservação dos palheiros, a favor da identidade, da cultura, mas todos eram certamente contra a promiscuidade, contra o que estava a travar o desenvolvimento do Concelho e da Praia, frisando uma vez mais que, o que tinha sido demolido tinham sido ruínas promíscuas e que já não serviam para nada. Explicou ainda, que era à ARH Centro, a quem competia a demolição e quem tinha jurisdição sobre a área em causa. Considerou que a ARH fez muito bem em avançar com o processo, que depois do esforço e conciliação de vontade de muitos, finalmente tinha sido concretizada. Contudo, afirmou que seria preciso tapar alguns buracos após a demolição. Porém em conjunto a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Praia de Mira, resolveriam essa questão. Por fim, mencionou os projectos que existiam para executar no local, para tornar a Praia de Mira mais bonita e mais acolhedora. -----

-----Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. Eng.º Rui Silva, Chefe da DOM,** reportando-se à intervenção do Sr. deputado municipal Dr. José Balugas, relativamente ao parque infantil na Praia de Mira. Começou por informar que o parque infantil, tinha sido um projecto que a Câmara fez em 2009 e a obra foi concluída no Verão de 2009. O parque infantil tinha sido executado de acordo com a legislação em vigor, na altura da elaboração do projecto. Em 19 de Junho, saiu nova legislação sobre parques infantis, altura em que o referido parque estava quase concluído. Entretanto, a ASAE realizou uma acção de fiscalização na sequência de uma denúncia de acordo com as indicações da referida entidade à Câmara Municipal. Resultante dessa inspecção a Câmara

Municipal teria recebido um relatório, sensivelmente há 15 dias, a contar daquela altura e foi no seguimento desse relatório que a Câmara Municipal tinha encerrado o Parque Infantil. No relatório, constavam diversos ajustes que eram necessários fazer ao parque, para fazer cumprir a legislação publicada em 19 de Junho de 2009, portanto, já posteriormente à execução do projecto, à adjudicação da obra e quase à conclusão da mesma. Disse não ter presente consigo no momento o relatório, mas que tinha na memória algumas recomendações que o mesmo referira, nomeadamente que o acesso aos baloiços tinha que ser feito lateralmente, obrigatoriamente as crianças só podiam ter acesso aos baloiços pela lateral, daí a necessidade de criar uma pequena divisória junto ao baloiço, para que eles, dessa forma não pudessem entrar para o baloiço pela parte de trás deles; também era necessário marcar um corredor no interior do parque infantil para que as crianças pudessem saber por onde circular, um percurso interno que tinha de ser pintado no piso de borracha interior; referiu também que no dia em que fizeram a vistoria, o portão do parque infantil não fechava completamente, visto que a porta estaria um pouco empenada. Os inspectores da ASAE faziam também referência a que todos os equipamentos do interior do parque infantil, tinham de ter a data de fabrico e aqueles não tinham, apesar de o seu fabrico ser recente. Também havia indicação que o placar onde constavam os números de urgência fazia referência que a entidade responsável pela inspecção dos parques infantis era o Instituto dos Desportos, quando há poucos meses teria passado a ser da responsabilidade da ASAE. Informou ainda que

nada era referido quanto à proximidade das bombas de gasolina ou dos depósitos de gasolina, ou da água, estando, portanto, tudo legal.-----

-----O **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, interveio no sentido de interpelar a mesa, para um esclarecimento. Considerou, na sua perspectiva, que a matéria alvo do pedido de esclarecimento, não estaria protegida pelo segredo de justiça como era dita na carta de resposta que lhe foi dirigida pelo Sr. Presidente, cujo teor passou a ler, e se transcreve: *“Mais se informa que existiu uma acção judicial, procedimento cautelar, cujo desfecho foi favorável ao Município de Mira, não tendo no entanto autorizado a prorrogação do prazo”*. Afirmou que só tinha perguntado em que data tinha sido feito o procedimento cautelar, para que efeito era e qual fora o seu resultado. Referiu, novamente, que o seu pedido de esclarecimento tinha sido sobre a providência cautelar e que até já teria tido um desfecho favorável para o Município.-----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, dizendo que face à resposta do Sr. Presidente da Câmara, o mesmo tinha dito que em definitivo a resposta estava dada, pedindo então ao Sr. deputado municipal Prof. José Frade, que dirigisse novo requerimento para esclarecimento adicional, pois o Sr. Presidente da Câmara já tinha terminado os esclarecimentos quanto àquela matéria. -----

----- Os trabalhos não foram suspensos para intervalo, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aberto o período da “ordem do dia” seguidamente. -----

-----**PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**: -----

-----PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.-----

-----Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começando por dizer, que quanto ao relatório, o mesmo estava bem explanado e mostrava que o Executivo Municipal e os funcionários estavam a trabalhar nos vários sectores. Quanto à questão financeira da Autarquia, pouco tinha a acrescentar, comparativamente ao que já tinha dito na anterior Assembleia. Salientou que se vivia numa conjuntura que afectava o mundo e naturalmente o Concelho de Mira. O executivo pretendia fazer obras, queria desenvolver o Concelho, criar estruturas, torná-lo mais competitivo e atractivo teriam que investir. Era necessário investir, mencionou que eram investimentos feitos em tempos de dificuldades financeiras. Consequentemente surgiram dívidas e compromissos. Afirmou que os Srs. deputados municipais conheciam as dificuldades, mas também tinham conhecimento que o Concelho de Mira, apesar de algumas paralisações ainda ia tendo obras em desenvolvimento. Prosseguindo na apresentação do ponto explicou que as taxas de execução apresentadas pela situação financeira eram taxas de execução de um mês e dez dias, do início do ano, as receitas e despesas nunca eram lineares ao longo do ano, oscilavam, considerando que daquele indicador, não se deviam tirar sequer ilações quanto a essas taxas. Manifestou preocupação quanto às dificuldades, falta de receitas, ao atraso no envio das verbas do QREN, as questões da

falta de verbas que não entravam, por exemplo do Pólo II. Manifestou apreensão quanto à burocracia que impedem o Município de resolver questões de património, que constavam do plano e do orçamento, como por exemplo a questão do Golfe, etc. Afirmou com veemência que o Executivo não fugia às dificuldades, tendo plena consciência das dificuldades que existiam. Porém todo aquele esforço era por uma razão: “a favor do futuro e do bem-estar do Concelho com questões concretas e com obras concretas do terreno a nível da educação, a nível do ambiente, a nível da rede viária, a nível das estruturas necessárias ao desenvolvimento de um Concelho que, apesar crise, não queria paralisar.” -----

-----No uso da palavra, interveio o **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)**, destacou apenas dois pormenores e reportando-se à intervenção do Sr. Presidente da Câmara o qual tinha referido que a taxa de execução pouco dizia, pois estavam no início de ano da execução. Comentou que evidentemente existiriam períodos de maior evolução e outros em que haveria menor evolução. Interrogando-se “*onde chegaremos?*”. Afirmou que de facto as taxas de execução eram muito baixas, sendo que, comparativamente às do ano passado, onde as taxas de execução, não chegaram perto dos 50% que tinham sido orçamentados. Declarou que os indicadores estavam um pouco aquém daquilo que se queria em termos de expectativa do valor global dos orçamentos. Referiu ainda, que na página 9 do relatório a evolução do endividamento líquido reportava a um salto qualitativo do endividamento líquido do Concelho, no período de 28 de Agosto a 9 de Dezembro que naturalmente coincidia

com uma boa parte do período eleitoral. Indagou se aquele esforço financeiro estava relacionado com a campanha eleitoral que tinha decorrido para os presentes órgãos autárquicos. -----

-----Seguidamente interveio o **Sr. deputado municipal Dr. José Balugas (MAR)**, retomando a questão que já teria colocado na última sessão da Assembleia, interpelou de novo o Executivo sobre qual a taxa de endividamento da câmara dado que não poderia ultrapassar os 125%. Insistiu e quis saber em que percentagem.-----

----- Seguiu-se a intervenção do **Sr. Prof. José Frade (MAR)**, que teceu dois ou três comentários sobre o ponto em discussão. Começou por se referir às taxas de execução e ao endividamento que disse ser muito ténue e também à falta de informação aos deputados municipais, designadamente no tocante a factorings em que a informação era escassa. Reportou-se à verba de cerca de duzentos e um mil euros de receita que disse presumir tratar-se de terrenos vendidos, querendo saber efectivamente a que dizia respeito essa verba, uma vez que apenas era referido “venda de bens e serviços correntes”. Disse também que gostava de se reportar, de novo, à questão já por si colocada na anterior sessão, relativa ao “PREDE”, porquanto era surpreendente para si a resposta que lhe tinha sido dada, porquanto constava em acta, que a Dr^a. Cristina Morais afirmara que o “PREDE” tinha sido feito com base numa listagem e a resposta dada a questão colocada pelo Grupo municipal do PSD tinha sido no sentido de que, sobre a matéria em questão, iria ser pedido parecer à Associação Nacional de Municípios, questionando a necessidade de ser pedido um parecer para efeitos de dar informação a

um deputado municipal, ainda mais sobre um valor já totalmente utilizado, decorrente de uma listagem existente; que, a resposta que lhe poderia ter sido dada era que de acordo com a legislação, não era possível prestar a informação solicitada, por este ou aquele fundamento, não entendendo como viável que fosse a Associação Nacional de Municípios a ter que emitir um parecer ou dar autorização à Câmara Municipal para fornecer dados à Assembleia Municipal, ainda para mais constando os mesmos de uma listagem já existente e tendo a verba já sido utilizada, pelo que entendia que deveria ter sido dada outra resposta no sentido de ser ou não disponibilizada a informação solicitada. Reiterou que a informação no seu entender, não tinha qualquer fundamento, mas se tivesse, gostaria que lhe fosse dada uma explicação clara e precisa, dizendo ainda que aquele grupo municipal não estava ali para complicar nem para “tramar” nada nem ninguém, apenas entendiam que os pedidos de informação feitos deviam ter uma resposta razoável e dentro daquilo que era permitido fazer. -----

-----Ainda sobre a apreciação do documento em apreço, disse que a margem de endividamento estava quase a chegar ao limite e gostaria de colocar ainda duas questões: na informação dos serviços da Divisão de Obras Municipais, na secção “Fiscalização de obras”, onde estava referido “Bungalows Parque de Campismo Municipal da Juventude”, disse tratar-se de um eventual lapso, porquanto os bungalows são do Parque de Campismo Municipal, assim como na secção “Estudos e Projectos – Arquitectura” era referida a requalificação e ampliação do edifício dos Paços do

Concelho, querendo saber se a mesma era a confirmação de que não haveria nenhum estudo tendente à construção de um novo edifício dos Paços do Concelho, pois entendia que a ampliação era necessária, todavia pretendia saber se o estudo apenas se reportava à ampliação ou não.-----

----- Por último fez notar com algum humor e sem pretender irritar que face às recentes mudanças internas ocorridas na Câmara Municipal, os deputados municipais deveriam ter sido convidados a visitar as instalações. Mais salientou que seria importante e democraticamente simpático que na página electrónica da Autarquia houvesse uma referência a todos os elementos das Juntas de Freguesia e da Assembleia Municipal, independentemente do respectivo partido político e não apenas dos elementos do Partido Socialista, estes com a respectiva fotografia inserida. Considerou que era importante haver mais informações relativas aos deputados municipais, inclusive os respectivos endereços electrónicos -----

-----No uso da palavra interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para responder às questões colocadas pelos Srs. deputados.-----

-----Começou por responder ao Sr. deputado municipal Prof. José Frade, mostrando-se surpreso e retribuindo ao Sr. deputado municipal a mesma questão: “afinal o que era isto?”. Afirmou com veemência que o mesmo tinha feito muitas confusões, um “arrazoado” a todos os níveis e que ainda não se tinha libertado da politiquice e do eleitoralismo claro, que tinha patenteado a sua acção nas últimas eleições autárquicas, sendo de lamentar. Aliás a sua intervenção vinha ao encontro das anteriores

intervenções que tinha proferido na acta da Assembleia anterior. Disse que iria convidar toda a Assembleia para dar uma volta, quer pelas instalações da Câmara Municipal, armazéns, por todas as obras realizadas pelo Executivo, pelas escolas, pelos museus e também pelos mercados que foram “destruídos”. Concluiu que tinha muito prazer em convidar todos os deputados, para uma visita a todas as obras e fazerem o ponto da situação, assim como disse estar aberto a todas as temáticas de discussão política, ou outra qualquer, como por exemplo um fórum, se necessário. De facto, tudo era necessário, sendo que a intervenção do Sr. deputado municipal era necessária e urgente, pedindo só ao Sr. deputado para depois estar presente nas reuniões. Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia para coordenar as acções com o Executivo no sentido de se abrir aquele fórum aos cidadãos e aos eleitos, que estavam a necessitar de grandes informações, a começar pelo Sr. deputado municipal Prof. José Frade, ao ponto das suas intervenções serem um “arrazoado” de tal ordem e de tanta complexidade, que teria misturado, competências das Câmaras Municipais com as funções da Dr.ª Cristina Morais, colocando em causa os próprios funcionários. Disse ter ficado “chocado” com a intervenção do Sr. Prof. José Frade na Assembleia, mas que tudo faria para ultrapassar a questão. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** prosseguiu e relativamente à intervenção do Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho, na questão “onde chegaremos?”, observou que tudo dependeria do trabalho e da aplicação das conjunturas e disse

também acreditar que as taxas de execução viessem a ser mais razoáveis, apesar das dificuldades. -----

-----Quanto à questão interpelada pelo Sr. deputado municipal Dr. José Balugas, disse que não ultrapassavam os 125% da taxa de endividamento. Pediu no entanto, para passar a palavra ao Sr. Vereador Dr. Manuel Martins. -----

-----Autorizado a intervir usou da palavra o Sr. Vereador, considerando que a taxa de endividamento estava bem explicada, onde referia 125% da receita dos impostos municipais e das participações dos municípios no FEF. Disse ainda que o valor de endividamento líquido era de cerca de 7.000.000,00 que era o limite. -----

-----O **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, no uso do direito de resposta, disse que, o Sr. Presidente não tinha respondido às questões colocadas porque não quis e porque assim tinha optado por fazer. Disse haver uma coisa que quis deixar claro de uma vez por todas, pois já na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, até chegou a chamar-lhe “Velho do Restelo” e que por consideração ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelo qual tinha muita consideração e amizade pessoal, tinha deixado passar em vão as questões que o Sr. Presidente evocava de eleitoralismo e das quais não queria responder a mais nada. Quis dizer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente e aos Srs. deputados que se havia algo que o Sr. Presidente da autarquia tinha que resolver com alguém, que resolvesse, se eram questões pessoais, com ele não eram, que as resolvesse nas instâncias pessoais ou nas instâncias que fossem precisas e que não estragasse a paz da Assembleia Municipal e que respondesse

às questões que lhe eram colocadas. Disse ter feito três ou quatro questões, o Sr. Presidente da Autarquia tinha-se limitado a fazer insinuações, por isso tinha interpelado, porque quem estava para ser esclarecido eram os deputados municipais, que o Sr. Presidente não estava para ser julgado, mas sim para fazer esclarecimentos e não eram os deputados municipais que estavam para ser classificados. Referiu ainda que essa questão deveria ser considerada, pois era a segunda vez que se deixava passar em branco a tentativa de andar a misturar questões pessoais, particulares ou eleitorais com aquilo que se estava a tratar em Assembleia Municipal. Disse ter feito questões concretas sobre a resposta de uma carta, sobre o orçamento, sobre o relatório e não foram esclarecidas e o Sr. Presidente limitou-se a dizer: “*mais não digo*”, tendo-se mostrado bastante enervado. Pediu ainda, que se registasse que não era procedimento adequado, para os deputados municipais sobre as questões que faziam, que tinham direito a falar e até a ter espaço físico dentro da Assembleia para trabalhar e colocar intervenções que entendessem. Portanto, disse que não bastava confundir e que de uma vez por todas, o Sr. Presidente da Câmara aproveitava o facto de ser o último a falar para depois, antes de explicar as questões e dizer que estão nos documentos, dizer aquilo que pensa e aquilo que quer. -----

-----Seguidamente interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, dizendo que nunca era o Sr. Presidente o último a falar, porque os deputados podiam sempre ter direito de resposta, invocando a respectiva figura. Disse ainda que o Sr. deputado municipal Prof. José Frade teria invocado a figura que usava e que tinha podido falar a

seguir ao Sr. Presidente da Câmara e que obviamente no lugar de Assembleia Municipal, que era um lugar de exercício do contraditório e do respeito pela democracia, o Sr. Presidente da Câmara podia dizer: “nada mais tenho a dizer” estando no direito dele, submeter-se às perguntas e responder de forma humilde e forma assertiva. Explicou que era uma opção de que o Executivo era detentor e nessas condições passou a palavra ao Presidente do Executivo para dizer algo relativamente à interpelação e ao desagrado do Sr. deputado municipal Prof. José Frade.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** interveio começando por dizer que sempre respeitou a Assembleia e que a intervenção do Sr. deputado municipal José Frade ao referir-se aos deputados municipais que eventualmente não teriam correspondência da sua parte, estaria a generalizar e a pluralizar e que apenas tinha respondido ao Sr. deputado municipal Prof. José Frade. Explicou que a sua resposta tinha sido para o Sr. deputado municipal Prof. José Frade e que os outros deputados não tinham de ser incluídos, pois foi uma questão muito directa levantada pelo Sr. deputado. Disse que continuava a pensar que a sua intervenção teria sido eleitoralista, proferiu que não lhe teria chamado “Velho do Restelo”, mas se o mesmo quisesse “atravessar a estrada” e dirigir-se ao Tribunal e instaurar-lhe um processo, que o concretizasse. Explicou que não havia nada de particular, havia sim questões políticas, havia a questão, de quem estava em representação do Concelho de Mira em representação do povo de Mira e portanto essas questões não o assustavam. Disse que não ficou enervado, mas sim chocado com as intervenções e com a continuidade do eleitoralismo que o Sr.

deputado teve durante as eleições e que queria continuar depois da eleições, depois do povo de Mira ter dito aquilo que queria de forma clara e inequívoca. E mais não disse.--

-----Seguidamente interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, dizendo que era uma opção, que era um fórum político e que a discussão era de natureza política e não de outra natureza técnica. Portanto, os termos usados quer pelo Sr. deputado municipal Prof. José Frade, quer pelo Sr. Presidente da Câmara eram de índole política e eram absolutamente aceitáveis no registo político em que o mesmo devia ser feito. Com mais vigor, com menos vigor, disse pensar que ninguém deveria ficar ofendido em termos pessoais, antes interpretar as situações na dimensão política que elas deviam merecer. Válidas ou não, concordantes ou discordantes era um fórum político e nesse registo, disse achar que, quer a intervenção do Sr. Presidente, não respondendo na perspectiva do Sr. deputado, quer o Sr. deputado na interpretação que fez, eram aceitáveis e não mereciam sair das “portas” da Assembleia. Disse pensar que em Assembleia se deviam conter exactamente no fórum político, infelizmente sem assistência, porque também a discussão merecia ser presenciada e relatada o que infelizmente não iria acontecer e que apesar de tudo, era assim que se exercitava o direito ao contraditório e os diferentes pontos de vista. -----

-----**PONTO DOIS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea m), do nº 2, do art.º 53º da Lei 169 nº. 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, da alteração dos estatutos da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque (AIBAP). --**

-----O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que a questão da alteração dos estatutos da AIBAP se prendia com o ponto 3. Afirmando que o que se propunha, tinha sido aprovado por unanimidade pelo Executivo. A alteração dos estatutos da AIBAP, aditando ao número 28º os seguintes números: os associados podiam reforçar as suas entradas em termos deliberativos em assembleia-geral, sendo que era a troca de acções da AIBAP pela ABAP, no valor de €370.708,00 passando a haver maior responsabilidade da Câmara de Mira na AIBAP e maior responsabilidade de Cantanhede na ABAP. Era uma questão que já há muito andava a ser badalada na associação, tendo o Sr. Vereador Dr. Martins juntamente com o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, acompanhado as reuniões da Associação. -----

-----Usou da palavra o **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, perguntou com a troca e o montante, que participação passaria a Câmara Municipal de Mira a deter na AIBAP.-----

-----Seguidamente, interveio o **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)**, começando por dizer que tinha várias dúvidas relativamente a referida questão. Primeiro, disse que do seu ponto de vista, não conseguia discernir a diferença entre a AIBAP e a ABAP, sentindo dificuldade em se situar nessa circunstância. Percebia perfeitamente que uma estaria ligada com a outra, mas não percebia qual era o interesse da Câmara Municipal de Mira em alienar a participação numa Associação e aumentar a sua participação noutra. Disse ainda que a Incubadora tinha um papel muito importante

no desenvolvimento do Concelho e da Região, tendo então solicitado esclarecimentos dado que a documentação fornecida não o elucidava. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia passou a voz ao Sr. Presidente da Câmara. Começou por esclarecer que a troca de montante se tinha dado para o Município de Mira ser maioritário na AIBAP e para que Cantanhede fosse maioritário na ABAP. A ABAP estava situada em Cantanhede e a AIBAP em Mira. Solicitou de imediato autorização para passar a palavra ao Sr. Vereador Dr. Manuel Martins, pois este teria estado presente na última reunião da Assembleia da AIBAP. ----

-----Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins (PS)**, começando por dizer, que em relação ao que era pedido à Assembleia para deliberação, numa primeira fase estava relacionado com a alteração dos estatutos. Posteriormente, numa segunda fase, permitiria à Câmara Municipal de Mira como accionista, ser maioritária na AIBAP. O que iriam fazer explicou, seria somente uma permuta de valores/acções que teriam na ABAP e que trocariam por acções, com Cantanhede num mesmo valor, sem envolver dinheiro, unicamente uma permuta. O valor seria de 370.708,00e isso iria dar um valor adicional ao que já tinham na AIBAP, que era de 145.800,00 e iriam ter assim um valor de 516.000,00, que era o valor do associado Câmara Municipal de Mira, que permitia uma posição de 89, 12%, passando assim, a Câmara Municipal de Mira a ser o associado maioritário na AIBAP e diminuindo as acções na ABAP, continuando na mesma a Câmara Municipal de Mira a ter acções na ABAP, sendo contudo um valor nominal. -----

-----O **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, questionou ainda e após o esclarecimento, se isso não queria dizer que a proporção que existia ainda na Câmara Municipal de Mira e a Câmara Municipal de Cantanhede, fica igual montante de percentagem em cada uma das associações. Uma segunda questão que colocou, foi relativamente ao facto de serem maioritários na AIBAP, pois passariam a estar com a maioria do capital, sabendo que por vezes que quem tinha a maioria nos capitais, quem tinha os maiores desgostos era quem é maioritário, disse esperar que isso nunca acontecesse relativamente ao Município de Mira. -----

-----O **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)**, alertou que o grupo municipal do MAR, não tinha representação no Executivo e que não tinha informação do que se teria passado no Executivo nem tinham nenhum esclarecimento. Disse que após o esclarecimento percebeu que a Câmara Municipal de Mira, passaria a ter 89% do Capital Social da AIBAP, o que significava que a Câmara Municipal seria o sócio maioritário e a mesma seria a responsável pela AIBAP. -----

-----Não se tendo verificado mais intervenções, procedeu-se à votação, tendo sido o ponto **aprovado por unanimidade**. -----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea m), do n.º 2, do art.º 53º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, da autorização de cedência (troca) de participações sociais na Associação Incubadora do Beira Atlântico Parque;**-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** interveio, começando por dizer que todas as questões já teriam sido levantadas no anterior ponto, mas apelou a que os Srs. deputados expusessem as suas dúvidas se ainda as houvesse.-----

-----Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins (PS)** que, reportando-se à intervenção do Sr. deputado municipal Prof. José Frade em relação à Participação da Câmara Municipal de Mira na ABAP, disse que seria de €371.708,00 e que passaram a ficar com €1.000,00 -----

-----Não se tendo verificado mais intervenções, procedeu-se à votação, tendo sido o ponto **aprovado por unanimidade** -----

-----**PONTO QUATRO: Designação, nos termos previstos na alínea b), do n.º 1, do art.º. 31º, do D.L n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, do representante da Assembleia Municipal de Mira no Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego 3.**-----

-----Usou da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, solicitando a indicação de elementos a eleição do representante da Assembleia Municipal de Mira no Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego 3. -----

-----Interveio o **Sr. deputado municipal Dr. José Balugas (MAR)**, dizendo que o grupo municipal do MAR indicava o Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho.-----

-----Seguidamente usou da palavra o **Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego (PS)**, dizendo que a bancada do PS propunha como representante a Sr.ª deputada Enf.ª Maria Leonor Reigota Borrvalho. -----

-----Usou da palavra o **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, proferindo que a bancada do PSD não iria propor nenhum nome, pois, partindo do princípio que na Assembleia Municipal havia sempre colaboração democrática e que não havendo por parte de nenhuma das bancadas iniciativa de contacto, disse não estarem habilitados e interessados em sujeitar os seus nomes, porque julgava que, a proposta estava a ser colocada em face de força dos votos e da maioria e portanto ir-se-iam abster nesse sentido.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interveio, dizendo que, havendo dois nomes em presença, o nome do Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho passaria a designar-se proposta A e a Sr.^a deputada Enf.^a Maria Leonor seria a proposta B.-----

-----Seguiu-se a votação, por escrutínio secreto tendo o resultado sido 12 votos para a proposta B e 9 votos para a proposta A e uma abstenção. Assim sendo, foi eleita para a representante da Assembleia Municipal de Mira no Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego 3, a Sr.^a deputada Enf.^a Maria Leonor Reigota Borralho.-----

-----**PONTO CINCO: Designação do substituto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação de Mira, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art. 3.º do respectivo Regimento.**-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interveio, designando para seu substituto a Sr.^a deputada Dr.^a Vera Manco, dando conhecimento à Assembleia. Referiu que lhe teriam dito que o procedimento que deveria tomar seria o de nomeação, questionando no entanto se teria procedido correctamente.-----

----- A dúvida surgiu no plenário e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que se a designação fosse da sua autoria ele nomearia a deputada Vera Manco; se fosse por apreciação do plenário, disse não querer cometer nenhuma indelicadeza para com os Srs. deputados. -----

-----O **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)** referiu que só o regulamento poderia esclarecer as dúvidas que tinha surgido. Contudo, se era designação do substituto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse, que no seu entender, competia ao mesmo fazer a sua designação. Disse que não tinha dúvidas relativamente como estava redigido o ponto, contudo, disse não saber se a ordem de trabalhos como estava redigido o ponto estava de acordo com aquilo que era a representatividade ou se o regimento mandava eleger os representantes, mas, como estava redigido o ponto não tinha dúvidas que era uma designação. -----

-----O **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, disse ainda que da parte da bancada do PSD não haveria qualquer inconveniente. -----

-----Interveio seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, dizendo que se não houvesse nenhum inconveniente da parte das bancadas, a sua posição mantinha-se. -----

-----O **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)** interveio, começando por dizer que não levantava nenhum inconveniente, sendo que a sua questão estaria relacionada com o Regimento da Assembleia. Se o Sr. Presidente da Assembleia é que tinha os poderes de designar, que se cumprisse o regulamento, pois, do ponto de vista

prático iria dar ao mesmo. A questão da formulação é que era importante para não se sancionar uma irregularidade, apelando a que a regularidade fosse reposta, mas que de qualquer maneira, o grupo do MAR não se opunha.-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, para ultrapassar qualquer subsequente mal entendido, propôs a designação à Assembleia, sendo essa a sua escolha. Questionou a Assembleia se alguém era contra ou se abstinha, ficando **aprovada por unanimidade** e sancionada qualquer irregularidade. Terminou agradecendo à assembleia a consideração para com ele.-----

-----**PONTO SEIS: Eleição dos representantes das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação de Mira, nos termos da alínea 1) do n.º.2 do art.º 3.º do respectivo Regimento** -----

----- Iniciou a intervenção o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** começando por dizer que haviam quatro Presidentes de Junta de Freguesia e que desses quatro a Assembleia escolheria um dos Presidentes, solicitando proposta ao plenário.-----

-----Usou da palavra o **Sr. deputado municipal Carlos Milheirão (PS)** começando por dizer, que alguém teria ficado de esclarecer o teor do ponto 6, pois seria, a eleição dos representantes das Juntas de Freguesia ou a eleição de um representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação. Considerava que se fossem quatro não tinha que haver eleição, tinha que haver designação por parte de cada uma das Juntas de Freguesia para incorporar as pessoas no Conselho Municipal de Educação. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** interveio, dizendo que o entendimento seria um representante das quatro Juntas de Freguesia. -----

-----Seguidamente interveio o **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, começando por dizer que era importante ver o que constava na Constituição do Conselho Municipal de Educação, importando verificar se era para eleger “representantes” ou “um representante” das Freguesias -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interveio dizendo que o ponto estaria mal formulado e que seria um representante. Considerou que iriam proceder na base de um representante e da interpretação que era dada, ressaltando que o ponto de facto estaria mal escrito e que se houvesse algo a corrigir, assim se faria na próxima Assembleia. -----

-----A mesa propôs às bancadas que indicassem um nome ou vários nomes para votação como representante, das Junta de Freguesia para serem votados pela Assembleia. -----

----- Interveio o **Sr. deputado municipal Carlos Milheirão (PS)**, propondo por parte da Junta de Freguesia da Praia de Mira, a Prof. Maria da Graça Santos Domingues. -----

-----O **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, uma vez mais, afirmou a posição que já teriam tomado no ponto 4, considerando que na Assembleia Municipal se favorecia ou optava pela maioria da representatividade dos votos, lastimando a não abertura de qualquer negociação relativamente aos pontos tratados, dizendo esperar que no futuro, sempre que houvessem eleições, não se fizesse valer na Assembleia os votos

dos quais ninguém mais podia ser representável, com todo o direito democrático, disse, mas por isso mesmo não iriam apresentar nenhum nome para candidato.-----

-----Seguidamente interveio o **Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego (PS)**, reportando-se à intervenção do deputado municipal Prof. José Frade, começando por dizer que lastimava exactamente o mesmo e que não tinha havido igualmente abertura por parte da bancada do PSD, para negociar. -----

-----O **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)** interveio, dizendo que ao constatar a verdade dos factos concluía que, apesar de que em alguns momentos as bancadas do PS e PSD se tivessem entendido através de protocolos que ultrapassavam o próprio Concelho, nomeadamente os protocolos existentes entre as duas forças políticas ao nível distrital, no que dizia respeito ao entendimento no interior do Concelho, nem o PSD nem o PS faziam um esforço de entendimento e de aproximação no sentido de promover a qualidade e a diversidade para que o Concelho saísse do marasmo que o PS e PSD ao longo dos anos de democracia tinham trazido. -----

----- O **Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho (MAR)** referindo-se ao ponto 4, agradeceu e reconheceu a valia de que a proposta tinha tido, para além dos humildes dois votos que o MAR teria na Assembleia Municipal. Afirmou que o contributo das forças representadas na Assembleia iria para além do seu valor numérico, porque se assim não fosse, bastaria que os líderes das bancadas representassem os seus deputados e votavam numa eleição apenas a três, ou seja, faziam-se reuniões com o Sr. Presidente da Assembleia, e os representantes municipais do PSD e PS e o do MAR. A Assembleia

era composta pela diversidade dos deputados que naturalmente foram eleitos nas listas candidatas das últimas eleições, sendo que a qualidade das pessoas era importante, não apenas o número. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** disse que felizmente/infelizmente havia um “*master voice*” e os outros nada diziam. Mas isso seria a típica câmara corporativa de má memória, não sendo isso o desejado. Não havia corporações, havia sim indivíduos, que em liberdade de pensamento e em autonomia de razão defendiam as suas posições, por maioria, minoria, individualmente, mas afirmavam a sua diferença, sendo fundamental que isso assim acontecesse e que nunca a Assembleia seria uma câmara corporativa. Afirmou partilhar da opinião do Sr. deputado municipal Dr. José Garrucho no sentido de se procurarem as melhores pessoas para representar a Assembleia. -----

-----Interveio o **Sr. deputado municipal Prof. José Frade (PSD)**, para reafirmar a posição anteriormente transmitida, já teria chamada à atenção em dois pontos da ordem de trabalhos, que uma coisa era o que o plenário da Assembleia teria de decidir para se perceber, se imperava a maioria dos votos e não valeria a pena estar a sujeitar ninguém a sufrágio ou imperava o bom senso. Disse que, quando se referia ao bom senso, era entre os presentes e que aquilo que estava a correr mal era porque havia acordos políticos – respondendo ao Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego – que estavam a ser feitos acima do nível concelhio e acima do nível da Assembleia. Disse ter chamado à atenção por duas vezes nos dois pontos, “vamos ver se ultrapassamos isso e se nos

entendemos”, pois era a Assembleia Municipal que representavam e onde estavam e quem era a posição ou quem era a maioria, na Assembleia e não muitas vezes quando havia tentativas dessa conciliação, barravam com decisões políticas e acordos políticos que eram de outra natureza e de outra estrutura. Foram essas duas chamadas de atenção que já tinha feito, concordando claramente com o que o Sr. Presidente da Assembleia tinha dito e com o deputado municipal Dr. José Garrucho, que isso teria de ser um passo que a Assembleia teria de dar e não estar sujeita aos acordos que os impediam, muitas vezes das boas vontades que havia entre eles e do reconhecimento do mérito da pessoa, só porque havia um acordo mais a cima. Disse que também a ele os acordos “mais acima” lhe começavam a fazer algum formigueiro.-----

-----Seguiu-se o **Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego (PS)** aludindo à intervenção do Sr. Prof. José Frade, disse que tinha ficado confuso com a mesma. Disse não saber a que acórdão de cúpulas se estaria a referir, pois na bancada do PS nunca estiveram ao abrigo de qualquer acordo de cúpulas. Mostrou surpresa pois não era a primeira vez que se fazia valer uma maioria. Estava estupefacto com as declarações. Mas, questionou, afinal porque teria sido o povo de Mira chamado a votos? Relembrou que, os Srs. deputados, nas suas primeiras intervenções na Assembleia tinham dito que se deveria respeitar a vontade do povo e assim se estava a fazer. Questionou ainda, se havia alguma dúvida, que tinham sido eleitos por uma linha eleitoral, para defender aquilo que estava no caderno eleitoral e era isso que estavam a fazer. Disse que, minimamente não se identificava em nenhuma orientação supra Assembleia Municipal.

Mais que nas duas sessões anteriores isso nunca tinha acontecido e que também no passado que ele tivesse tido conhecimento nunca tinha acontecido e questionou se o próprio acordo que tinham feito na anterior Assembleia Municipal, tinha alguma coisa a ver com a ligação acima deles. Disse que, se tinha, seria por parte do PSD, pois eles tinham feito valer o que o método de Hondt lhes impunha pelo número de votos que tinham, ou seja, três representantes na Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, não vendo portanto onde tinham havido outro tipo de acordo. Disse não compreender e que ficava admiradíssimo pois parecia que era a primeira vez na presente câmara que se fazia valer a vontade do povo de Mira, após as eleições, pois era o que faltava, depois dos resultados eleitorais, a bancada do PS, não ter a legitimidade para fazer valer os resultados que foram bem expressos pelo povo do Concelho de Mira. -----

----- Usou da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, dizendo que ali tinha decorrido uma belíssima reflexão, mas a propósito do ponto 6, havia uma outra questão, pois tinha recebido a informação técnica que tinha de ser eleito um Presidente de uma Junta de Freguesia e não um representante de uma Junta. Portanto, pediu ao plenário que indicasse um Presidente de Junta para a eleição. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado municipal Dr. José Balugas (MAR)**, para indicar o Sr. deputado municipal Carlos Milheirão, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Aproveitou ainda e relativamente ao que se tinha dito acerca dos grupos municipais, para dizer ao Sr. deputado municipal Dr. José Frade, que ele verificava agora, aquilo que ele tinha dito já para a eleição, dos representantes da Comunidade

Intermunicipal do Baixo Mondego. Ele disse ter proposto na altura que houvesse representatividade da Assembleia e mesmo assim foi feita valer a maioria, levando isto, a que muitas vezes não sejam escolhidos os “mais capazes”. Portanto, se iam apenas pela maioria e se escolhiam aquilo que a mesma dita, estavam a “baixar um pouco o nível”. Era de opinião que se devia ultrapassar essa situação e que se alguém seria “mais capaz” numa determinada área, que fosse essa pessoa eleita e não estarem a fazer as maiorias só porque são maiorias. Considerou que deveriam ser indicados os melhores e disse que não estaria a ver isso ser feito, pedindo seguidamente desculpas à Sr.^a deputada Enf.^a Leonor Borralho pois nada tinha contra ela nem contra ninguém. -----

----- Questionado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal se estava interessado em se sujeitar a votação, o **Sr. deputado municipal Carlos Milheirão (PS)**, disse que não pretendia ir a sufrágio.-----

-----Interveio o **Sr. deputado municipal Dr. Paulo Grego (PS)**, começando por dizer que a indicação da bancada do PS era exactamente no mesmo sentido da sugerida pela bancada do MAR, até porque o Sr. deputado municipal Carlos Milheirão era o representante da Assembleia na anterior Comissão. Disse ainda, que estaria ali a prova de que não se tinha feito valer maioria, porque o deputado Carlos Milheirão tinha sido eleito pelo MEL e se tinham tido a capacidade de o eleger há quatro anos, mas uma vez que se recusava a ir a votos, a bancada do PS, propunha a candidato o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, António Alberto Cardoso. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interpelou o Sr. deputado municipal António Alberto se aceitava ir a votos, na qual o mesmo aceitou. O Sr. Presidente da mesa, referiu ainda, que a bancada do PSD já teria declarado que não apresentaria candidato naquelas circunstâncias e dado haver um só candidatado, procedeu-se à votação. -----

-----O resultado da votação, por escrutínio secreto, foi de 12 votos a favor, 7 brancos e 3 contra. Assim sendo, foi eleito para a representante da Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação de Mira, o Sr. deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Mira, António Cardoso Alberto. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado municipal Carlos Milheirão (PS)**, justificando a sua recusa. Disse que de facto tinha feito parte do Conselho Municipal de Educação, mas que por norma o referido Conselho reunia-se num horário em que estava indisponível por motivos profissionais e daí a sua recusa. -----

-----O **Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro, Presidente da Assembleia Municipal**, por último e a título informativo, leu um comunicado técnico operacional do CDOS, acerca da situação meteorológica para os dias que se seguiam. -----

----- De seguida, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi solicitado ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO: -----

E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte e uma horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º da Lei nº 169/99, 18 de Setembro, na a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

(Fernando de Jesus Regateiro, Prof. Doutor)

(Calisto de Oliveira Coquim, Eng.º)

(Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos)